



## **Ofício 016/2025**

Assunto: Questionamentos sobre transparência e composição tarifária do transporte coletivo urbano de Londrina.

Londrina, 13 de agosto de 2025.

**Ao Ilustríssimo Senhor  
Fabrício Pires Bianchi  
Diretor-Presidente da CMTU-LD**

Prezado,

O Observatório de Gestão Pública de Londrina (OGPL), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, na qualidade de instituição da sociedade civil organizada, especialmente no que se refere ao controle social dos gastos públicos, vem à presença de Vossas Excelência expor e requerer o seguinte:

Este Observatório tem acompanhado as informações divulgadas pela imprensa local sobre o expressivo subsídio municipal ao transporte coletivo, que atingirá a cifra de R\$ 177 milhões em 2025, representando quase o dobro do valor pago em 2024.

Conforme reportagem da Folha de Londrina de 05 de agosto de 2025, verificou-se que enquanto o usuário paga R\$ 5,75 por passagem, o custo real alcança R\$ 10,20 na área da Londrisul e R\$ 11,80 na da TCGL, evidenciando um significativo descompasso entre o valor pago pelo cidadão e o custo efetivo do serviço.

Os dados revelam ainda que o custo total estimado do sistema para 2025 é de R\$ 305 milhões, dos quais apenas R\$ 128 milhões serão cobertos pelos usuários, restando R\$ 177 milhões a serem subsidiados pelo poder público municipal. Tal cenário, aliado ao baixo índice de utilização do sistema (apenas 7,7% da população), demanda esclarecimentos detalhados sobre a gestão e fiscalização destes recursos.

A contratação do estudo pela empresa LG Mobilidade Urbana, no valor de R\$ 140 mil, para revisão das planilhas tarifárias, embora necessária, evidencia a urgência de maior transparência sobre a composição dos custos e a destinação dos recursos públicos investidos no setor.

Diante do exposto, e considerando o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos e o direito fundamental de acesso à informação, solicitamos esclarecimentos sobre as seguintes questões:

### **1. Sobre a composição e cálculo da tarifa técnica:**

- Como é estruturada a planilha de custos que determina o valor da tarifa técnica de R\$ 10,20 e R\$ 11,80?
- Quais são os critérios utilizados para validação dos custos apresentados

pelas concessionárias?

- Existe auditoria externa independente para verificação da veracidade dos dados apresentados?
- Como é calculada e mensurada a demanda/utilização do transporte coletivo no município?

## **2. Sobre a margem de lucro e remuneração das concessionárias:**

- Qual é o percentual de lucro/remuneração assegurado às concessionárias nos contratos vigentes?
- Como é calculado e fiscalizado o lucro real obtido pelas empresas?
- Existe teto máximo de lucratividade estabelecido contratualmente?
- Os valores repassados contemplam apenas custos operacionais ou incluem margem de lucro?

## **3. Sobre os subsídios públicos:**

- Qual a composição detalhada dos R\$ 177 milhões de subsídio (gratuidades, equilíbrio tarifário, outros)?
- Os subsídios contemplam apenas determinados públicos (idosos, estudantes) ou há subsídio geral?
- Existe diferenciação na forma de cálculo dos subsídios entre as concessionárias?
- Como é realizada a fiscalização da aplicação destes recursos?

## **4. Sobre transparência e prestação de contas:**

- As concessionárias prestam contas detalhadas dos recursos recebidos do poder público?
- Com que periodicidade são apresentados os relatórios financeiros e operacionais?
- Estes relatórios são disponibilizados publicamente ou submetidos a órgãos de controle?
- Existe sistema de monitoramento em tempo real dos custos e receitas?

## **5. Sobre estrutura operacional e recursos humanos:**

- Quantos funcionários cada concessionária possui em sua estrutura total?
- Deste total, quantos são efetivamente destinados ao transporte coletivo em Londrina?
- Como é feito o rateio dos custos administrativos entre diferentes operações das empresas?
- Existe controle sobre a adequação do quadro funcional às necessidades do serviço?

## **6. Sobre controle e fiscalização municipal:**

- A CMTU possui conhecimento detalhado sobre a destinação dos

recursos repassados?

- Qual percentual dos repasses é efetivamente aplicado na melhoria do serviço em Londrina?
- Existe metodologia para mensuração do retorno social dos investimentos realizados?
- Como é garantida a aplicação exclusiva dos recursos no sistema de transporte local?

#### **7. Informações complementares solicitadas:**

- Cópia das planilhas de custo atualizadas de ambas as concessionárias;
- Relatório detalhado dos repasses realizados nos últimos 24 meses;
- Cronograma e metodologia do estudo contratado com a LG Mobilidade Urbana;
- Medidas previstas para redução do déficit e aumento da utilização do sistema.

Solicitamos ainda, sejam disponibilizadas as planilhas de cálculo tarifário do presente ano (2025) no site da CMTU junto às dos demais anos (2019-2024).

Tendo em vista a magnitude dos recursos públicos envolvidos e a importância do transporte coletivo para a mobilidade urbana, entendemos ser fundamental que a população tenha acesso a informações claras e detalhadas sobre a gestão deste serviço essencial.

Informamos o e-mail [ogplondrina@gmail.com](mailto:ogplondrina@gmail.com) para o qual deverá ser encaminhada a resposta às indagações apresentadas, solicitando prazo de 30 (trinta) dias para manifestação, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação.

Em tempo, agradecemos sua atenção e cordialidade.

OBSERVATÓRIO DE GESTÃO PÚBLICA DE LONDRINA